

EXCLUSÃO ESCOLAR: OS AGRAVANTES NA PANDEMIA

Nancy Rigatto Mello ¹
Gilmar dos Santos Sousa Miranda ²

RESUMO

O presente artigo traz à exclusão escolar que é fruto de uma problemática de desigualdades que permeia a sociedade desde a sua formação por meio da fala de uma estudante do curso de Pedagogia. A centralização do poder, com o agravante do racismo, manteve seu espaço garantido na história da educação, privilegiando e excluindo por motivos similares o acesso ao conhecimento, onde a população serve como um objetivo de produção para a manutenção do poder. Sendo assim o biopoder (Michel Foucault) e o necropoder (Achille Mbembe) instalados na mentalidade administrativa definem todas as condições sobre as quais a grande maioria das pessoas devem viver e morrer. A pandemia veio como um fator potencial para esse cenário, trazendo mais uma dificuldade que colabora para o distanciamento de milhões de crianças e adolescentes de um desenvolvimento educacional de qualidade satisfatória. Os dados coletados pela UNICEF (2021) comprovam que as classes mais vulneráveis e que sofrem com o racismo de cor, gênero e classe social, são os mais afetados com a exclusão escolar, antes e durante o cenário pandêmico.

Palavras-chave: Exclusão Escolar; Pandemia; Necropoder.

INTRODUÇÃO

O cenário da educação, desde sempre foi palco para a desigualdade social e para a exclusão. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, os jesuítas foram incumbidos da administração educacional nas primeiras escolas da Era Colonial. Como padres da Igreja Católica, os jesuítas tinham a missão de disseminar o cristianismo, em especial aos nativos brasileiros (índios), na tentativa de adaptá-los ao modo de vida europeu.

O eurocentrismo sempre foi uma maneira de excluir outras culturas, na perspectiva do continente europeu como centralizador de todo o conhecimento primordial e percussor das tendências mundiais. Essa mentalidade se espalhou dentre os alicerces

¹Doutoranda em Educação pela Universidade São Francisco - USF/SP, nrigatto10@gmail.com ;

² Doutorando em Educação pela Universidade São Francisco - USF/SP, gisasomi@gmail.com;

fundamentadores da sociedade tal qual ela foi moldada nos primeiros séculos de integração social, e permeia em ações descendentes até hoje.

O biopoder funciona de modo similar ao eurocentrismo. Michel Foucault, o ilustre filósofo francês que desenrolou os processos de subjetivação do que entendemos como *ser e poder*, traduz a garantia de uma posição de poder com base em fatores biológicos, o que o eurocentrismo tenta provar com a diferença das “características biológicas” pela “cultura europeia como protagonista da história do homem”.

Através do significado de Foucault sobre o biopoder, vemos que o homem sempre buscou justificativas para estar no poder acima de qualquer outro valor. A exclusão se tornou parte da conduta da manutenção do poder – para uns sobreviverem, outros devem morrer, seja no sentido metafórico ou literal.

O professor e filósofo camaronês Achille Mbembe enriquece os estudos de Foucault através da definição de necropoder, trazendo a referência de poder com a necessidade de implementar uma visão racista que não somente exclui as pessoas que são consideradas inferiores, mas que também alimenta a ideia de que há quem decida quem deve viver e quem deve morrer com base no biopoder.

Desde a Era Colonial, a educação foi aplicada com base em um sistema hierárquico, excluindo pessoas de classes baixas ou sem posições sociais e, por aí, temos um histórico de séculos de uma grande massa de pessoas sem base educacional qualificada, representando a maior parte da população, e a parte que mais cresceu em todos esses anos.

No decorrer deste artigo, veremos a relação do biopoder e do necropoder com os sistemas mentais de exclusão nas escolas, com o agravante da pandemia que tem mantido as pessoas isoladas e, mais ainda, aquelas que não têm acesso à tecnologia com facilidade para seguirem com as aulas online.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é qualitativa, a partir da fundamentação da abordagem do discurso pautado em ideias de Michel Foucault procurando indicativos de formação no campo educacional para entender os modos de objetivação e subjetivação e do pensador

Achille Mbembe que traz uma visão similar observada de um aspecto da necropolítica e de entrevistas semi estruturadas com estudantes do curso de Pedagogia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Influências do biopoder e do necropoder na educação

Foucault estudou sobre os elementos que compõem a estrutura social e demonstra as inúmeras e diversas técnicas utilizadas pelos Estados para se manterem no controle do poder e no direito soberano sobre a população (FOUCAULT, 2008). O biopoder, para Foucault, se originou nos centralizadores do poder ora concedido por direitos hereditários, na época dos reinados e impérios, e passou a ser conquistado por votação consequente do surgimento da República e dos Estados. O recolhimento de impostos, nesse sentido, adentrou como um elemento de troca, onde o cidadão paga um percentual de tudo o que recebe por seu exercício de trabalho à sociedade, para a administração do Estado que promete investir o valor em recursos que melhorem a vida da população.

Foucault definiu como biopolítica a ação estatal em se apropriar da relação Estado-população, tendo a população como objetivo para a obtenção do poder. O Estado se detém de estratégias que fundamentam as construções de vias, escolas, hospitais e todo tipo de serviços públicos, como um gancho que o configura de provedor e assistente social, enquanto o cidadão só necessita se ocupar em arcar com os seus impostos em dia.

A fiscalização do retorno, no entanto, se tornou cada vez mais complexa e difícil de decifrar. Não se sabe ao certo quanto há nos cofres do Estado e o quanto ele cumpre com as suas propostas, porque o sistema em si foi estabelecido com base no biopoder, e não na ideia de assistência à população.

A corrupção, a falta de transparência com os gastos públicos e valores cobrados de impostos por produto ou serviço em cada etapa de desenvolvimento até o consumidor final confundem a identificação da balança da troca de impostos por serviços públicos.

Nesse sentido, a reivindicação por benfeitorias se tornou um ato mais ideológico do que prático, porque as pessoas não sabem como, quanto e onde cobrar, e quando tomam iniciativas se deparam com processos tão burocráticos e cansativos que a própria vida se prejudica, provocando a desistência voluntária ou forçada nesses casos.

Podemos perceber, enquanto o biopoder de Foucault é demonstrado através do processo de ensino voltado para as classes dominantes, o necropoder de Mbembe é indicado no racismo de gêneros e crenças, os quais fomentam a exclusão escolar. O necropoder, de acordo com Achille Mbembe, representa o terror gerado com a ideia de que alguns merecem viver e outros merecem morrer, isso, por sua vez, subjugado por pessoas que conquistaram a posição de poder para essa determinação, de acordo com o biopoder.

Mbembe estuda as ramificações do racismo preponderante na sociedade, o que ele afirma existir de maneira que reconhecemos o significado da tratativa de “negros do mundo”, quando falamos sobre os poderes autoritários do Estado sobre a população (MBEMBE, 2019).

O biopoder e o necropoder se encontram, tendo em vista que Mbembe se baseia nos conceitos de Foucault para seus estudos. A necropolítica de Mbembe identifica as formas com as quais os Estados propagam o terror do necropoder, limitando territórios e discriminando direitos que estimulam a exclusão social.

O surgimento da escola pública ocorreu somente no século XVIII, após a Revolução Francesa. Na prática, a educação continua diferenciada de acordo com a classe social. Com Napoleão, a educação primária era deixada a cargo do clero, e o Estado responsabilizava-se pelo ensino secundário.

No Brasil, durante o período colonial, acontece uma grande disparidade entre o conhecimento formal e o informal, onde a classe dominante mantém o monopólio do saber acadêmico, onde os filhos da elite iam estudar na Europa, enquanto a grande maioria da população mantinha-se iletrada (AZEVEDO ET AL., 2017).

A citação de Azevedo et al. fala de uma realidade que influenciou a mentalidade brasileira até os dias de hoje, sobre o significado de uma educação de qualidade em que somente quem estuda fora do país tem acesso. Os indícios de exclusão são diversos e

apontam para a ideia de que é um privilégio estudar fora do Brasil, porque o mercado de trabalho oferece mais oportunidades neste caso.

As mudanças que decorreram no século XIX com a Revolução Industrial - a universalização da escola secundária, clássica para a elite burguesa e técnica para a formação do trabalhador – se deram pela necessidade de força de trabalho advinda da urbanização e do capitalismo.

A educação é um pilar essencial e que sempre foi prejudicado pela exclusividade hierárquica social. E, mesmo com a democracia, esse aspecto não avançou o suficiente para atender bem a toda a população. A evidência disso é focar o estudo para o mercado de trabalho, como foi feito após a Revolução Industrial. Enquanto uma pessoa é preparada para o trabalho, seja por meio da educação, ela serve para enriquecer o Estado.

Antes disso, não houve interesse governamental na educação para as classes trabalhadoras ou consideradas mais baixas. A defasagem na educação, por esse motivo, traz a sobrecarga da biopolítica até hoje, e não chegou perto de construir uma base de apoio para todos, no sentido de desenvolvimento de valores humanos essenciais para uma vida de acordo com as necessidades individuais e até mesmo ambientais. Ela é focada, exclusivamente, na força de trabalho e na moralidade social, por vezes até religiosa, mesmo em tempos de diversidade de crenças e culturas.

Através da biopolítica, o Estado atua como um incentivador à saúde e à educação. No entanto, na prática, vemos milhões de famílias doentes e sem acesso à educação, crianças tendo o trabalho como forma de subsistência, outras sem acesso a serviços de qualidade satisfatória, o que é abafado com estatísticas e campanhas.

Neste ponto, a necropolítica explica que o Estado define a maneira de viver e de morrer da população, usando de artimanhas para o controle da mentalidade individual das pessoas, a ponto de que a própria razão deva estar de acordo com os interesses governamentais.

Se o Estado afirma que tem possibilidades limitadas para prover os recursos essenciais para a qualidade de vida das pessoas, de que maneira elas têm de reivindicar essa situação? Nenhum movimento de revolução sanou a doença do poder sobre a população. Houveram melhorias sobre certos direitos e serviços com a mesma força que o outro lado se fortaleceu.

Para cada boa ação do Estado, existe uma vantagem obtida que prejudica a população. Antes, o império era ruim porque as pessoas não escolhiam quem deveria estar no controle do poder. Depois, o regime democrático instalou a ideia da escolha em um sistema tão complexo que somente quem está dentro dele – talvez – consegue decifrar.

Não há, portanto, uma concessão de poder para a conscientização da massa sobre o que um pequeno grupo de pessoas decide fazer com uma cidade, um Estado, um país. O discurso de liberdade de expressão, da transparência midiática, de educação para todos e tantos outros, são maneiras de distrair a grande maioria do enfoque do necropoder, uma vez que o Estado está no controle sobre cada vida e cada morte dentro de seu território de poder. Considerando que a exclusão escolar promove formas de relações de poder, essa condição é imposta à educação como fator decisivo ou está sendo desconstruída para manutenção do poder?

Estudante entrevistada

Maria de Fatima 37 anos

-Vamos falar um pouquinho sobre o curso de Pedagogia, o que você achou do curso?

Nunca pensei que pudesse chegar fazer uma faculdade, fui para escola com 15 anos, porque comecei a trabalhar na roça com 8 anos e não podia estudar, chegar até aqui é uma grande vitória para mim e minha família, sou a única que está na faculdade

Escolhi o curso a distância porque tinha muita propaganda e porque era o mais barato e também porque consegui bolsa. Não tenho despesa com transporte, alimentação o que foi importante, mas tive que comprar um computador porque no celular não consigo estudar a faculdade disse que isso é possível, mas é mentira.

O biopoder e o necropoder atuam diretamente na exclusão escolar, quando há crianças que precisam trabalhar, não têm condições de se locomoverem até a escola mais próxima devido ao distanciamento, à falta de transporte ou de condições diversas que limitam ou impedem a ida e a volta à escola.

Para aqueles que conseguem frequentar, também não existe um cenário favorável. O ensino público é insatisfatório por motivos também diversos, seja a falta de material didático, salários insuficientes para professores - o que causa outros tipos de problemas,

como falta às aulas, além da falta de condições para higiene, segurança e nas próprias salas de aula entre outros.

O sistema do necropoder é tão profundo, que o preconceito é alimentado muitas vezes pelas próprias pessoas prejudicadas por ele, alimentando o sentimento de impotência sobre as superações sociais sobre as quais elas devem passar para conquistar posicionamentos íntegros na sociedade.

A exclusão escolar nasce a partir de todos nós, em pequenas atitudes, e precisamos observar em quais momentos nos apegamos a ideia de que ela é aceitável, independentemente de nossas influências sociais. A seguir, entenderemos a pandemia como um fator agravante do biopoder e do necropoder na exclusão escolar.

1.1A pandemia

De acordo com apresentação do representante da Unicef, Florence Bauer, o número de crianças na escola aumentou consideravelmente entre os anos de 2016 e 2019, enquanto as desigualdades sociais permaneceram as mesmas. De acordo com Bauer, as classes mais vulneráveis, que sofrem mais preconceitos sociais, são as mais afetadas.

Em 2019, havia quase 1,1 milhão crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola no Brasil. A maioria deles, crianças de 4 e 5 anos e adolescentes de 15 a 17 anos (UNICEF, 2021).

Bauer reforça que a pandemia agravou ainda mais a exclusão escolar, porque dificultou o acesso àqueles que não possuem facilidades tecnológicas para assistirem as aulas online entre outros fatores de pobreza que chegaram a impedir a continuidade de ensino para muitas crianças e adolescentes.

Em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia. (UNICEF, 2021).

A solução e o problema representam dois lados da mesma moeda, neste cenário. Isso, porque enquanto existem políticas públicas para garantir os direitos humanos, o mesmo sistema acaba distanciando as extremidades de uma conexão.

O que acontece, na prática, é uma limitação constante de ações públicas para concretizar e manter projetos educacionais e inclusive as próprias escolas em funcionamento com estrutura básica. Isso posto, o fornecimento de recursos tecnológicos para o acesso dos alunos na pandemia é ainda mais distante.

Com isso, a exclusão social e escolar é agravante, enquanto as políticas públicas estão se inserindo para mediar a situação. Lembramos que nada acontece gratuitamente, isto é, que as políticas públicas se fazem por meio de financiamento dos cofres públicos, pagos através dos impostos coletados de cada cidadão.

A ideia não é criticar as políticas públicas, mas questionar a forma com a qual o sistema se desenrola – ou se enrola – na justificativa de prestar assistência à população. Se a escolarização é obrigatória, as condições para que cada criança e adolescente tenha acesso à escola é primordial e o custo para esta oferta deve ser tratada como tal.

Enquanto pagamos para que as políticas públicas existam, fatores como a exclusão social continuam crescendo e a educação, sendo um fator essencial e obrigatório, deixa a desejar. Os dados coletados sobre o ano de 2020 sobre exclusão escolar demonstram a desigualdade crescente:

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, as crianças de 4 e 5 anos fora da escola e vivendo em áreas rurais representam mais de 20% do total de crianças nessa faixa etária em cada região, ainda que em números absolutos elas sejam maioria nas áreas urbanas. Destaca-se que na Região Nordeste, o percentual de crianças nessa faixa etária, fora da escola, em áreas urbanas e rurais é muito próximo (UNICEF, 2021, p. 21).

A cor e a renda *per capita* são fatores decisivos na exclusão escolar:

Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são as(os) mais atingidas(os) pela exclusão escolar. Juntos, elas(es) somam mais de 70% entre aquelas(es) que estão fora da escola (UNICEF, 2021, p. 26).

[...] 90,1% vivem em famílias com renda familiar per capita menor que um salário mínimo. Desses, 32,3% em famílias com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de renda familiar per capita, 29,6% entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ e 28,2% de $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo per capita (UNICEF, 2021, p. 30).

Os motivos para que isso ocorra, de acordo com pesquisas realizadas sobre as crianças fora da escola, é a falta de escola próxima, de vagas ou de aceitação de crianças por conta da idade. No caso dos adolescentes, problemas de saúde, desinteresse, busca por trabalho e gravidez também são fatores agravantes (UNICEF, 2021, p. 26-30).

O racismo de gênero faz parte do cenário de exclusão escolar, porque foi identificado que a gravidez e os afazeres domésticos afetam muito mais as meninas, enquanto o desinteresse e a busca por trabalho afetam muito mais os meninos (UNICEF, 2021, p. 38).

É importante ressaltar que os aspectos que conhecemos como preconceitos sociais mais antigos, relacionados à raça, à classe social e a gênero, ainda são mais decisivos sobre as trajetórias que uma família ou um grupo tem em comum.

A pandemia é uma preocupação para todo o mundo em relação à saúde, em especial porque não sabemos ao certo quais os fatores de risco, uma vez que pessoas de todas as idades e condições físicas estão contraindo a doença gravemente ou indo a óbito.

A saúde deveria ser, sempre, a maior ocupação do ser humano, e deveria receber o incentivo do Estado, sendo este o maior prestador de serviço coletivo e controlador de todo o fundo de recursos para tal. Ainda, podemos afirmar que a priorização da saúde deveria ser feita considerando fatores de vulnerabilidade maior e de urgência.

Da mesma maneira que a educação, o sistema de saúde também é afetado devido às condições precárias oferecidas pelo Estado. As pessoas de poder aquisitivo mais alto pagam por melhores recursos médicos, enquanto as classes pobres vivenciam uma realidade carente e até inexistente de atendimento.

Com a pandemia, isso não mudou. O difícil acesso a um local de teste, a demora para receber resultados, as filas em postos de saúde para receber vacina entre outros problemas são comuns. Os valores para quem precisa de um diagnóstico urgente são altos e em localidades exclusivas, o que representa uma similaridade com o que vemos na educação.

Com a obrigação que temos em usar a tecnologia para estudar desde o começo da pandemia, o fato é que: “48,7% das redes municipais de ensino registraram muita dificuldade para o acesso de estudantes à internet e 24,1% para o acesso de docentes” (UNICEF, 2021, p. 53).

Com as desigualdades sociais e os desafios que as pessoas mais vulneráveis presenciam, o acesso à internet é, obviamente, mais uma problematização cotidiana. Isso, sem contar a alteração nas rotinas de milhões de famílias que não poderiam ter pais dentro de casa para cuidar dos filhos que não estão na escola, porque precisam sair para trabalhar, mesmo na pandemia.

O que está acontecendo, não é um cuidado maior por causa de uma doença como a COVID-19 no ar, mas um descuido maior. Não há organização para manter as escolas funcionando para todos no sistema presencial, e no virtual até mesmo muitas das escolas que tinham boa qualidade de ensino perderam de um lado ou de outro a estabilidade da construção do conhecimento que deveria ser trocado entre professores e alunos.

A exclusão social, portanto, daqueles que já se encontravam distantes da escola, está pior. A educação sofreu um corte de 37% no orçamento este ano, conforme previsão do Ministro da Educação a respeito dos projetos educacionais (CHAGAS, 2021).

Com a preocupação da saúde em risco na mente de todo o mundo e com a falta de perspectiva de melhorias na educação, dois dos pilares para uma sociedade bem desenvolvida estão em uma crise que pode trazer sérias consequências para toda a população e principalmente para o futuro escolar de uma geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos sob perspectivas políticas em todos os âmbitos sociais. Isto é, quando falamos em educação ou saúde, deveríamos ter, de acordo com os nossos direitos de cidadãos e pagadores de impostos, acesso a esses recursos sem discriminação.

De acordo com a necropolítica, o descarte da população faz parte de um jogo econômico, onde é decidido quem serve e quem não serve para o sistema, calculado conforme pesquisas e estatísticas controladas pelo governo com o objetivo de direcionar as políticas para descartar os que não servem (MBEMBE, 2019).

Por esse motivo, a exclusão escolar foi e, até hoje, é aceita pela sociedade por mais incredulidade que exista a respeito. Aceitamos a exclusão, como o terror inerente a uma condição humana, porque foi ensinado que faz parte de nossa realidade. Um mundo desenvolvido com base no biopoder se construiu com a multiplicação do terror e de todas

as consequências que ele gera, sendo, talvez, a pior delas, a visão de que é normal e que nunca pode mudar. A mentalidade do terror, através da metodologia aplicada com a biopolítica e a necropolítica, já está inserida em cada um de nós.

A pandemia é um poderoso propulsor do terror, porque conseguiu isolar todos em suas casas, causou depressão, ansiedade, brigas domésticas, divórcios, baixa na qualidade de ensino em todos os tipos de escolas, falência de milhões de pequenos e médios produtores, aumento de roubos e mendicância entre uma infinidade de problemáticas que ainda estão surgindo e impedindo a provisão de recursos para a subsistência de milhões de famílias no mundo inteiro.

Independente das causas nobres que o Estado alegue para as decisões de isolamento social, pensemos sobre os interesses maiores, ou seja, na manutenção do biopoder. Temos séculos de história que comprovam os interesses governamentais em prioridade do biopoder, sendo assim, entendemos que a ocupação com a saúde da população por completo nunca foi parte principal dos investimentos públicos.

No cenário pandêmico, o Estado se mostra como assistente da população, uma vez mais, atraindo a atenção para os cuidados com a saúde e focalizando as estatísticas de morte por COVID-19 e infectados por localidade. Enquanto isso, não temos o comparativo entre todas as infecções e mortes causadas por doenças adversas e o agravante da pandemia na saúde das pessoas como um fator de extrema importância neste momento.

Se os governantes conseguem, numa situação de emergência, tomar medidas de saúde para a população, como a produção antecipada de vacinas, por que não haveria de ter prevenido diversas circunstâncias passadas, que incumbiriam ações mais simples e menos custosas como a exclusão escolar?

Podemos perceber na fala da entrevistada que a exclusão escolar é uma consequência do biopoder que acarreta numa problematização sem tamanho, porque participa da vida desde a infância e a acompanha até a velhice. Somos educados a acolher o terror da exclusão desde o nosso nascimento, influenciados já com o medo de nossos pais, sobre a exclusão pela qual poderemos passar. O que fica evidente, no quadro geral, é a presença de uma sociedade de isolamento alimentada pelo medo de sair de casa de se

relacionar com outras pessoas, que toma a exclusão social como uma condição necessária em prol da preservação da própria vida.

É importante perceber que a política, assim como qualquer ferramenta utilizada pelo Estado, não salva o indivíduo da mentalidade ancestral que foi construída e ainda se sustenta no sistema coletivo. A mudança de foco no biopoder e no necropoder para a inclusão e a colaboração, partindo de cada um de nós, sim, pode fazer a diferença.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. S.; RIBEIRO, E. S.; RIBEIRO, L. S.; SAGGIOMO, T. G.; VIEIRA, B. A. **Breve história da educação**. Revista Gestão Universitária. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/breve-historia-da-educacao>.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. Unicef para cada criança. CENPEC, abr 2021. Disponível em: buscaativaescolar.org.br.

COLUNISTA PORTAL. Portal Educação - Pedagogia. **Histórico Educacional Brasileiro**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/historico-educacional-brasileiro/40043#>.

CHAGAS, G. **Ministro da Educação diz que cortes no orçamento de universidades federais devem “adiar projetos”**. Globo.com - G1 – Rio Grande do Sul, abr 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/05/12/ministro-da-educacao-diz-que-cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-devem-adiar-projetos.ghtml>.

MBEMBE, A. **Outras fitas: Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe**. Entrevista para A Fita. 30 out. 2019. Disponível em: <http://afita.com.br/outras-fitas-descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-achille-mbembe/>.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

